

“Longe dos olhos, longe da alma”: quando a indiferença ou a rejeição tornam-se agentes da morte social ou física do outro

“Far from the eyes, Far from the soul”: when indifference or rejection become agents of social or physical death of the other

Valéria Cristina Lopes Wilke*

 <https://doi.org/10.29327/256659.13.2-17>

CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

A reflexão de Adela Cortina é de fundamental importância para o entendimento de uma patologia social que assola o mundo contemporâneo e que foi por ela denominado “aporofobia”. A filósofa espanhola é professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência, membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas da Espanha e também autora de livros nos campos da ética e da filosofia política, frequentemente voltados para temas relacionados à cidadania, à pobreza e ao acolhimento dos pobres, à liberdade e ao que ela estabeleceu como “razão cordial”. A obra filosófica da autora é praticamente desconhecida no Brasil e *Aporofobia, a aversão ao pobre* consiste numa excelente oportunidade para quem deseja iniciar a aventura de conhecer o pensamento dessa relevante filósofa contemporânea.

O objeto do livro é a aporofobia, termo e categoria criados por Cortina para conceituar a rejeição e o medo do pobre, que se diferencia da xenofobia. Assim, esse novo conceito fixa os limites entre a xenofobia e a aporofobia. O subtítulo *um desafio para a democracia* indica a relevância de examinar e encarar a condição dos pobres no contexto da ética neoliberal hegemônica, apontando-a como verdadeiro problema a ser confrontado.

A obra está dividida em oito capítulos nos quais a pensadora apresentou o novo conceito filosófico.

* Professora Associada do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFF) e mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Filosofia pela UFRJ e em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes eixos: filosofia, informação e mídias, ensino de filosofia, filosofia e gênero, história e filosofia das ciências, filosofia no Brasil. E-mail: valeria.wilke@unirio.br.

A seguir serão indicados alguns eixos dos argumentos apresentados por Adela Cortina que, desde a década de 1990, tem refletido sobre um aspecto presente no cenário da Europa: seriam os europeus avessos ao estrangeiro em geral ou somente a alguns estrangeiros em particular? Ela percebeu que, recorrentemente, os turistas estrangeiros não têm sido rechaçados, pois representam consumo e riquezas para os países que os recebem. Igualmente constatou que se havia xenofilia e hospitalidade para com o estrangeiro turista ou para o estranho que tivesse algo a fornecer em troca a quem o hospedasse, por outro lado, sobrava hostilidade ao estrangeiro refugiado, ao estrangeiro imigrante, ao estrangeiro sem recursos para a troca, ou seja, ao estrangeiro pobre. Ao ponderar sobre essas duas distintas realidades sociais, captou a profunda diferença entre elas, e com muita perspicácia observou que a aversão ao estrangeiro pobre não era meramente um problema de xenofobia. Havia nessa diferenciação algo mais que estabelecia a distinção de natureza: a *condição da pobreza*. A partir dessa constatação, ela procurou uma palavra que pudesse qualificar a aversão ao pobre e explicar, por conseguinte, a atitude de quem rejeita o estrangeiro *pobre*.

Inicialmente, Adela Cortina traçou a história da palavra e introduziu a nova categoria analítica. Informou que a história da humanidade é marcada pelo dispositivo de colar as palavras às coisas para que essas possam ser designadas, vistas, comunicadas e entendidas. No dicionário grego ela se deparou com o termo grego *áporos*, que significa “sem recursos” e com ele cunhou o neologismo *aporofobia* a partir da junção de *áporos* e *fobéo* (fobia: aversão, medo).

O conceito elaborado por Cortina desnuda a realidade presente em incontáveis países, grupos e indivíduos (europeus ou não) que possuem *xenofilia* por milhões de turistas estrangeiros não importando a raça, a etnia, a religião, a língua, os costumes, porque é sabido que eles contribuem para a indústria do turismo e para a economia do país visitado. Contudo, quando entram em cena os refugiados de guerra e os imigrantes pobres, a xenofilia e a hospitalidade se transformam em xenofobia e hostilidade, em rejeição e mesmo em ódio violento, sobretudo no contexto marcado pelo aumento significativo do fluxo migratório, nos últimos anos, em decorrência dos constantes conflitos armados em países do Oriente Médio e da África e também das catástrofes naturais resultantes da crise climática e ambiental. Cabe ressaltar que a rejeição, a hostilidade e o ódio se fizeram acompanhar desde então pelo revigoramento dos nacionalismos e de ideias supremacistas, ingredientes explosivos que escalonam o grau da violência, da rejeição e da indiferença frente a quem é percebido socialmente como *indigente*. A Aporofobia

constitui, assim, a noção que caracteriza a patologia social em que o “sem recursos” é *rechaçado por ser pobre e por não possuir algo para oferecer em troca na sociedade das trocas*. Antes da criação do novo conceito, essa situação por ele indicada era subsumida na xenofobia e também, por vezes, era confundida com a misoginia, com o racismo, com a homofobia, com a islanfobia, com a cristianofobia, alguns exemplos de outras patologias sociais.

A autora afirmou, ademais, que a atitude aporofóbica atenta contra a dignidade de pessoas concretas e que por isso são necessárias duas chaves daquilo que ela estabeleceu como a ética da razão cordial: o reconhecimento da igual dignidade e a compaixão. Aqui cabe salientar sucintamente que, em 2007, Adela Cortina publicou o livro *Ética da la razón cordial: educar en la ciudadanía del siglo XXI*, ainda sem tradução no Brasil, no qual defendeu a cordialidade como uma nova categoria moral. Nessa reflexão Cortina abordou o hiato existente, no campo moral, entre o dito e o feito, a moral pensada e a moral vivida. A razão cordial foi proposta como o elemento fundamental para o enfrentamento do problema da cidadania no século XXI e da convivência justa, uma vez que ela consiste no vínculo intersubjetivo entre os seres humanos. Esse fato implica em tomá-la como o compromisso com o outro. Por conseguinte, o reconhecimento recíproco e cordial torna-se o vínculo, a *ligatio* que gera a *obligatio* para com os demais; e mais, ele consiste na fonte da obrigação moral. Nesses termos, o reconhecimento recíproco é lógico e também compassivo, e o responder conduz também à exigência de corresponder.

Ao analisar os crimes de ódio ao pobre, a filósofa espanhola salientou a culpa imputada aos pobres por setores da mídia e também por grupos sociais e por segmentos de classes, a partir do ódio e dos preconceitos sofridos por aqueles. Nesse panorama, os pobres seriam também responsabilizados pelo ódio. Cortina, ao contrário, sustentou que a fonte do ódio reside em quem odeia e despreza e não em quem sofre o ódio, o preconceito, as intimidações e os atos de violência. Ela também assinalou que o ódio de quem agride decorre (i) do modo estereotipado como ele/ela percebe a vítima da agressão, porque a agressão é desferida contra uma determinada imagem que é “colada” à pessoa agredida, sendo que tal imagem é percebida por quem agride como ameaça a sua integridade material ou simbólica; (ii) de como quem agride vê a pobreza e como se posiciona em relação a ela; e (iii) de como quem agride se vê a si mesmo como superior à vítima da agressão, fato que conduz à naturalização da desigualdade socialmente estrutural. A crença da superioridade natural de uns em relação a outros torna impossível compartilhar a

justiça com alguém que não é reconhecido como igual, ou seja, sem a *ligatio* inexistente a *obligatio* para os demais e nem a simpatia (do grego *syn* “junto” + *páthos*), ou a compaixão. A autora apostou suas fichas na educação formal e na informal como as instâncias capazes de favorecer a superação dos delitos e discursos de ódio, no nível individual e coletivo, e na orientação para que as instituições e organizações consigam punir o ódio e a intolerância e também promover o respeito à dignidade das pessoas. Por isso que ela apontou a necessidade de fortalecer a consciência (individual e social) para o discernimento das ações.

Adela Cortina também discutiu se haveria uma base biológica para a apofobia e para a dissonância entre a declaração e a realização, entre o discurso e a ação. Ela considerou que o cérebro é um sistema avaliativo, socialmente interativo, não neutro, que valora em função da sobrevivência. O ser humano, em geral, busca o familiar, a segurança, o conhecido, sendo que a base biológica do cérebro xenófobo está ligada a aspectos mais primários. A filósofa argumentou que embora a simpatia necessite da empatia – que é a capacidade de compreender os sentimentos dos outros –, a empatia não é simpatia

[...] pois é possível compreender o estado afetivo do outro sem se sentir comprometido com ele. Na verdade, o torturador é altamente empático com sua vítima, entende qual tortura pode machucá-lo mais e, claro, cuida ‘dissociativamente’ para que essa dor não o afete (Cortina, 2020, p. 87).

Entretanto, como o cérebro humano possui plasticidade, ele pode ser modulado socialmente, fato que nos leva a cuidar dos demais considerados como “os nossos”, a partir da *simpatia seletiva* (Cortina, 2020). É a simpatia seletiva que promove a cooperação com o grupo, que passa a ser entendido como um “nós” frente a um “eles”.

Como os seres humanos estão preparados biologicamente para o egoísmo e também para a cooperação”, a questão que se apresenta é como ampliar a simpatia seletiva para aqueles que não possuem as condições de cooperar na sociedade contratualista da troca. Em outras palavras, como ser simpático com quem não pode trocar por não ter o que trocar e, assim, cooperar, por estar na condição de *áporos*? Isto é, na condição de pobre: a quem faltam os meios de subsistência, mas também como mostrou Amartya Sen (2000), faltam a liberdade e as capacidades básicas para projetar e realizar projetos de vida. Como também ensinou o Papa Francisco, os pobres são os *anawin* (os sem recursos), isto é, aqueles e aquelas encurvadas sob qualquer peso como por exemplo, não ter emprego, ou teto sobre

a cabeça, ou dinheiro para sobreviver/comer/dar de comer, ou para estudar e imaginar e concretizar projetos de vida. São aqueles e aquelas dobradas sob a humilhação, a agressão, o desprezo, ou o ódio por não terem o que trocar.

Muito mais do que empáticos, necessitamos ser simpáticos e compassivos em decorrência da performance da razão cordial, instância que pode contribuir para a modificação do cérebro aporofóbico.

Ao discutir a hospitalidade, Adela Cortina retomou a ideia da plasticidade do cérebro humano, reafirmando que sua constituição biossocial permite “cultivar a abertura ao outro, a qualquer outro, a partir do reconhecimento compassivo, que é a chave de uma hospitalidade universal” (Cortina, 2020, p. 198). Ela defendeu a necessidade de uma educação propícia para os desafios do século XXI, pois educar para nosso tempo “exige formar cidadãos compassivos, capazes de assumir a perspectiva dos que sofrem, mas, sobretudo, de se comprometerem com ele” (idem, p. 199).

Em diálogo com a filósofa espanhola, reconhecemos que o tipo de medo e de rejeição nomeado pelo conceito de aporofobia não é novo na história humana. Mas o neologismo e a noção criada dizem muito sobre o mundo em que vivemos e também sobre o cenário contemporâneo em que a aversão ao pobre emerge como patologia social e moral, sendo ele ou ela não somente o refugiado político, ou a imigrante, mas também o cidadão e a cidadã que vivem na situação de empobrecidos e de miseráveis, e que são frequentemente não são vistos, mesmo quando sofrem atos explícitos de violência.

Tal patologia tem se manifestado cotidianamente na sociedade brasileira em placas de aviso postas em algumas cidades, mediante as quais as prefeituras solicitam para que não se dê dinheiro aos pedintes; ou em espaços públicos – que pertencem a todos, por princípio – que são cercados por grades ou preenchidos por pedras pontiagudas para dificultarem o acesso e a permanência; ou no gradeamento de templos de diferentes denominações religiosas para impedir que miseráveis se aproximem para pedir; ou nas lojas e nas instituições bancárias nas quais são instaladas estacas ou pedaços de concreto para prevenirem a aproximação de pobres. Essas práticas também dificultam ou impedem que os “ninguéns” sem recursos durmam “debaixo do viaduto”, de marquises ou em outros espaços públicos ou que se aproximem das pessoas nas imediações de bancos, de lojas, de igrejas, de praças etc. Elas são exemplos de comportamentos aporofóbicos, tal como tem denunciado o padre Júlio Lancellotti em São Paulo. Tais condutas ecoam também a faceta conservadora, autoritária e estruturalmente desigual/racista/

aporofóbica da sociedade brasileira e se encaixam, no ambiente da arquitetura urbana e de políticas públicas governamentais, no que Francisco de Oliveira apontou como o “jeitão/jeitinho” do caráter das classes dominantes nacionais, que é o modo como elas se livram dos problemas ou os falsificam. De acordo com Chico Oliveira, elas têm burlado o capitalismo ao adotá-lo de modo incompleto, ou seja, elas aceitaram a revolução das forças produtivas sem implantarem, contudo, as soluções de civilidade. Nesse contexto, as elites brasileiras exploram como qualquer outra, mas não solucionam os problemas decorrentes do capitalismo, deslocando-os, falsificando-os, ou resolvendo-os a “meia-boca” pelo expediente dos *jeitinhos* e dos *jeitões*, que são “transmitidos às classes dominadas” (Oliveira, 2018, p. 139).

Essas práticas arquitetônicas urbanas não eliminam a pobreza, mas de modo higienista retiram da visão e tornam invisíveis os pobres e a condição da pobreza. Como instrumentos da “limpeza urbana, elas higienizam os ambientes e “embelezam” estrategicamente os locais e a cidade como um todo, repetindo a tática paradigmática do prefeito de Paris, o barão Haussmann, no século XIX, analisada por Walter Benjamin (1985), replicada na cidade do Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos durante o Bota-Abaixo, no início do século XX.

As práticas aporofóbicas alimentam a supressão da *ligatio* e sem ela não há *obligatio*, não há compromisso com o outro, que passa a ser considerado tão-somente como quem nada tem para oferecer à sociedade das trocas e por isso é jogado na invisibilidade. Diante de tais práticas, como também ensinou Adela Cortina e o padre Lancellotti, é necessário mais do que ter empatia: é necessário o comprometimento exigido pela simpatia e pela compaixão por quem está afetado pela condição de empobrecido/empobrecida. Esse compromisso é levedado pela abertura transcendente ao outro, a qual pode ser vivenciada no tônus inspirado pela abertura ao Totalmente Outro, ou então, no tônus da abertura à alteridade segundo a medida humana, demasiadamente humana, concretizada no imanente agir ético (Py, 2020). Em ambas as circunstâncias experimenta-se a espiritualidade conduzida pelo amor pelas criaturas a partir do respeito e do mútuo reconhecimento, experimenta-se, pois, a simpatia e a compaixão, antídotos certos para a aporofobia.

Por fim, o estilo de argumentação utilizado por Adela Cortina é fácil de ser acompanhado inclusive por quem não tem formação filosófica, uma vez que a filósofa escreve de modo a dialogar com um público mais amplo. Nesse sentido, o livro *Aporofobia, a aversão ao pobre* é indicado, especialmente, para quem tem interesse

em discussões filosóficas do campo da ética e da política contemporâneas; e também para quem se interessar pelo problema que desafia o tempo presente, a rejeição dos pobres, aspecto que certamente tem contribuído para a indiferença de sujeitos individuais, coletivos e institucionais frente a quem é identificado socialmente como alguém “sem recursos”.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. KOTHE, Flávio (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

CORTINA, Adela. *Ética da la razón cordial: educar em la ciudadanía del siglo XXI*. Espanha: Nobel, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018. 176 p.

PY, Fábio. Bolsonaro’s Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. *International Journal of Latin American Religions*, v. 4, 2020. p. 318-334.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Recebido em 09/03/2022

Aceito para publicação em 13/04/2022